

**VIII Encontro Nacional de Estudos do Consumo
IV Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo
II Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo
Comida e Alimentação na Sociedade Contemporânea
09, 10 e 11 de novembro de 2016 – Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ**

O Consumo de Alimentos no Contexto do Programa Bolsa Família

Ana Alice Taborda¹
SANDUC - INJC/UFRJ
anaalicetaborda@gmail.com

Gilza Sandre Pereira²
SANDUC – INJC/UFRJ
gsandre@nutricao.ufrj.br

Rosana Salles Costa³
SANDUC – INJC/UFRJ
rosana@nutricao.ufrj.br

Resumo: O Programa Bolsa Família é uma política pública que objetiva reduzir a pobreza e extrema pobreza por meio de transferência condicionada de renda e ampliação do acesso à educação e à saúde. A titularidade do benefício é concedida preferencialmente às mulheres, por entender que assumem papel mais presente no cuidado com a família. Ao trabalhar com o PBF no município de Duque de Caxias, o objetivo foi compreender os sentidos que as mulheres atribuem às experiências e vivências relacionadas ao recebimento e utilização do benefício. As entrevistadas foram recrutadas a partir dos Centros de Referência da Assistência Social, tinham idade entre 32 e 64 anos, baixo nível de escolaridade e viviam em composições familiares diversas. Dentre os sentidos do consumo alimentar, percebe-se que a compra de alimentos aparece como prioridade na utilização do recurso do PBF, sustentada fortemente pela presença de crianças na família, já que as mulheres priorizam suas “necessidades” e buscam proporcionar aos seus filhos produtos que não conseguiam adquirir anteriormente, descritos como “luxo”. O sentido atribuído à compra desses alimentos é de inclusão à sociedade, visto que agora podem escolher o que comprar. No entanto, simplesmente comprar o básico, o arroz com feijão, não surgiu como o elemento mais importante. Há uma significação de status social ligado ao consumo alimentar quando compram Mucilon®, Nescau®, Danone® e Coca Cola®. A dimensão simbólica da alimentação aparece associada a fatores como emoções, prazer e a dinâmica econômica. Para essas mulheres, no universo onde transitam, a compra desses alimentos não é determinada pela qualidade nutricional, ou por uma necessidade objetiva, mas pela possibilidade que então se abre de consumi-los.

Palavras-chave: Consumo de alimentos, Programa Bolsa Família, Segurança Alimentar e Nutricional.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Nutrição do Instituto de Nutrição Josué de Castro/UFRJ

² Professora Adjunto IV do Instituto de Nutrição Josué de Castro/UFRJ

³ Professora Associada I do Instituto de Nutrição Josué de Castro/UFRJ

1 - Introdução

O Programa Bolsa Família (PBF) foi implantado no Brasil em 2003, por meio da Estratégia Fome Zero. É uma política pública que objetiva reduzir a pobreza e extrema pobreza no país por meio de transferência condicionada de renda e ampliação do acesso à educação e à saúde (BRASIL, 2004). Sua implementação unificou programas federais de transferência de renda como o Cartão Alimentação, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás e, mais recentemente, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)⁴.

O atual critério de elegibilidade do PBF é a renda monetária, caracterizada pela comprovação da renda *percapita* menor que R\$85 reais para famílias extremamente pobres e de R\$170 reais para famílias pobres⁵. Portanto, destaca-se que ser pobre, na ótica do PBF considera somente o valor da renda monetária, o que dificulta o entendimento e compreensão do conceito mais abrangente de pobreza, que envolve fatores que vão além do simples alcance das necessidades básicas, como moradia e alimentação. Envolve também questões culturais, educacionais, políticas e sociais praticadas nas ações dos sujeitos em seu cotidiano (MALUF, 2011).

A titularidade do benefício é concedida preferencialmente às mulheres, por entender que estas assumem papel mais presente no cuidado com a família. Embora o PBF não seja uma política social voltada exclusivamente às mulheres, a argumentação da gerência do programa é que atribuições como matricular as crianças na escola e garantir sua frequência, realizar o acompanhamento de saúde e do estado nutricional e participar de ações de educação alimentar oferecidas pelo governo ajudam as mulheres a desenvolverem sua autonomia e a exercer sua cidadania (IBASE, 2008). Há na literatura estudos que apontam que o recebimento do benefício vinculado ao nome da mulher provoca nelas maior autonomia, justamente por promoverem o uso mais consciente e efetivo de um recurso relativamente pequeno, evitando desperdícios (IBASE, 2008; MARIANO; CARLOTO, 2009; MOREIRA *et al*, 2012; PIRES, 2012; MARIANO; CARLOTO, 2013).

Ainda que não seja abordado aqui um aprofundamento teórico e analítico sobre os papéis de gênero e as implicações que as políticas sociais de transferência condicionada de renda ocasionam sobre o papel das mulheres pobres, é importante que se saiba que esses fatores estão interligados aos sentidos e significados atribuídos aos usos do benefício, principalmente na alimentação das famílias. Estudos revelam

⁴ O Programa Bolsa Família foi criado pela Medida Provisória nº 132 de 2003 e posteriormente convertida na Lei 10.836 de 09/01/2004.

⁵ O PBF destina-se a núcleos familiares que se encontram em situação de extrema pobreza e pobreza. As famílias que são extremamente pobres recebem o benefício básico mais os benefícios variáveis, de acordo com a composição familiar. Os benefícios variáveis são de R\$ 39,00 para famílias que possuem gestantes, nutrizes, crianças entre zero a quinze anos, não podendo exceder a cinco benefícios por família e para adolescentes entre dezesseis e dezessete anos no valor de R\$ 46,00, não podendo exceder a dois adolescentes por família. As informações sobre valores estão disponíveis no Portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios>).

que as mulheres titulares do PBF acreditam conhecer melhor a necessidade de suas famílias, pois gastam o dinheiro com alimentação e com os filhos e que são melhores administradoras do dinheiro. Além disso, consideram positivo que o cartão do BF (Bolsa Família) esteja vinculado ao seu nome, pois assim passam a ser reconhecidas como responsáveis pela gestão da economia doméstica e também se permitem uma percepção de si como mulheres atuantes na sociedade (IBASE, 2008; REGO; PINZANI, 2013).

O poder de liberdade na gestão do dinheiro ocasiona mudanças no padrão de consumo e variedade dos alimentos, proporcionando implicações na qualidade da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)⁶ das famílias. O benefício vinculado à figura feminina, principalmente à mulher-mãe, provoca dinâmicas que podem modificar o consumo das famílias, justamente por entender que elas possuem um papel mais cuidadoso no que se refere à saúde da família e, principalmente na de seus filhos (IBASE, 2008).

Estudos realizados com população beneficiária do PBF em diferentes regiões do Brasil identificaram a alimentação como prioridade na utilização do benefício, além de salientarem a presença de estabilidade e aumento na quantidade e variedade dos alimentos. Entretanto, o poder de compra não refletiu necessariamente na qualidade da dieta consumida (DUARTE; SAMPAIO; SAMPAIO, 2005; IBASE, 2008; PINTO, 2010; OLIVEIRA *et al*, 2011; TABORDA, 2015). As escolhas alimentares não são determinadas somente por decisões baseadas nos preços dos alimentos e na qualidade nutricional dos mesmos. São influenciados, além do valor econômico, pelo valor simbólico que os alimentos representam para um grupo de indivíduos (SEGALL-CÔRREA; SALLES-COSTA, 2008).

Os costumes alimentares não estão fundamentados somente na racionalidade humana, mas convivem com valores simbólicos e com os prazeres propiciados pela comida, sejam psicológicos, sociais ou biológicos. Através do ato de comer, o indivíduo cria práticas e atribui significados à comida. Ao se alimentar, o indivíduo não incorpora somente os nutrientes, mas também símbolos. Nutre-se também do imaginário e dos significados que os alimentos representam para si, partilhando assim as representações coletivas (MACIEL, 2001; FISCHLER, 1990). A alimentação e, conseqüentemente, as práticas alimentares pertencem à esfera da cultura permeada por criações simbólicas produzidas pela convivência social. A cultura não apenas indica o que é e o que não é comida, estabelecendo prescrições e proibições, como estabelece distinções entre o que é considerado “bom” e “ruim”, conforme classificações e hierarquias definidas culturalmente (MACIEL, 2001).

⁶ O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi consolidado no II Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2004, que se apresenta através do 3º artigo da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), nº 11.346/2006 e consiste “na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis”.

A comida é uma categoria relevante por meio da qual os grupos sociais constroem representações sobre si, definindo sua identidade em relação a outros, podendo diferenciar-se nos hábitos alimentares, que constituem elementos significativos para se pensar a identidade social (MINTZ, 2001). Há diferenças alimentares existentes dentro da própria sociedade relacionadas à estrutura social onde o consumo de determinados alimentos está relacionado à renda da população. Assim, mais do que alimentar-se conforme o meio a que pertence, o indivíduo se alimenta de acordo com a sociedade a que pertence e, mais precisamente, ao grupo ao qual pertence (MACIEL, 2001).

A pobreza e a miséria também são condições sociais marcadas pela cultura, seja pela falta de comida como por aquilo que comem, pois o ato alimentar, nesse grupo, também é permeado por valores simbólicos. Na dimensão sociocultural, a alimentação possibilita a marca de uma identidade dos que possuem recursos para comprarem os “melhores alimentos” em relação à população mais vulnerável. Denota-se uma marca de *status* ao valor simbólico atribuído aos alimentos, manifestando um dos “sentidos” do consumo de alimentos por esse grupo.

O “sentido” se produz nas práticas sociais, de acordo com o contexto ao qual o indivíduo está inserido. Embora as significações sejam compartilhadas, o reconhecimento e compreensão dos diferentes indivíduos a um determinado ambiente ou situação podem se apresentar de maneira divergente, visto que cada um traz consigo suas histórias e suas palavras, mediadas por suas vivências e experiências (BARROS, 2009; OLIVEIRA; GERALDI, 2010). Por experiências se entende a consequência das ações que o ser humano apreende do mundo, enquanto a vivência é o resultado dessa experiência, porém tendo sido refletido pelo indivíduo que carrega consigo sua história de vida no contexto onde vive (MINAYO, 2012), neste caso, com a situação de pobreza e o recebimento do benefício do BF.

Considerando o PBF como uma política social voltada à população em mais alta vulnerabilidade social e econômica e levando em consideração que as mulheres são as preferenciais para a titularidade do benefício, *ouvi-las* se torna importante, pois implica em uma forma de acesso à realidade desses indivíduos. Ao trabalhar com o PBF no município de Duque de Caxias, o objetivo foi conhecer as experiências e vivências relacionadas ao recebimento e utilização do benefício, e compreender os sentidos que estas mulheres atribuem a estas experiências e vivências a partir do ingresso no Programa.

A alimentação surgiu como tema mais presente nas falas das mulheres titulares e, devido a isso, o foco deste trabalho se pauta na compreensão e interpretação dos sentidos relacionados ao consumo dos alimentos no contexto do PBF.

2 - Procedimentos Metodológicos

Pressupostos teórico-metodológicos e o Local de estudo

Esta pesquisa orientou-se na abordagem qualitativa, na perspectiva da sociologia compreensiva e interpretativista com o pressuposto de que, para se compreender o mundo das experiências e vivências dos indivíduos no contexto sociocultural em que vivem, é necessário buscar o ponto de vista de quem as vive (GEERTZ, 1989). Portanto, buscamos compreender os sentidos do recebimento do benefício do PBF para as mulheres titulares. Para isso, foram realizadas entrevistas narrativas, possibilitando, assim, valorizar as intersubjetividades e os sentidos atribuídos pelas mulheres às suas próprias experiências de vida.

Por meio das entrevistas as mulheres expressaram suas experiências, sendo então, no processo interpretativo extraído os sentidos das ações dos sujeitos e das relações sociais, permeados de valores e emoções (MINAYO, 2000). O tipo de entrevista escolhido foi o que permitisse que as entrevistadas pudessem discorrer abertamente. Optamos pela entrevista narrativa, pois permite um discurso mais espontâneo, ou seja, há o fluxo natural de ideias, entretanto o pesquisador determina o tema pedindo que o entrevistado discorra sobre o mesmo, sem que haja interrupção por questões predeterminadas. Dessa forma, as entrevistadas tiveram a oportunidade de falar livremente sobre o assunto proposto (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002).

As entrevistadas foram recrutadas a partir dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)⁷ localizados no município de Duque de Caxias, no distrito de Campos Elíseos. Este equipamento social funciona como porta de entrada para os programas sociais destinados às famílias que estão em vulnerabilidade. Assim, o PBF está inserido nas ações políticas no âmbito da assistência social.

A cidade ocupa o segundo lugar no *ranking* de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços do Estado (ICMS) e, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Duque de Caxias registrou, em 2008, o 8º maior Produto Interno Bruto (PIB) no *ranking* nacional e o segundo maior do estado do Rio de Janeiro, com um total de 32,3 bilhões de reais (IBGE, 2010). Apesar de ser o segundo município mais rico do estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias apresenta forte desigualdade na distribuição da renda, e parte da população convive com situações de pobreza e pobreza extrema (SALLES-COSTA *et al*, 2008). Até o início dos anos 2000, 14,5% da população

⁷ Os CRAS são equipamentos sociais da rede de proteção básica surgidos após a instauração da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, tida como resultado da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) instaurada em 1993. Funcionam como unidades de referência que congregam serviços da atenção social básica, e se apresentam, assim, como demarcadores da existência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios brasileiros. O principal serviço oferecido pelo CRAS é o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) que consiste em um trabalho continuado visando fortalecer o vínculo com atividades socioassistenciais, socioeducativas e de convivência voltadas às famílias consideradas vulneráveis. Portanto, apresenta como proposta contribuir para a melhoria da qualidade de vida e do acesso e ao uso de direitos destes indivíduos (MDS, 2014).

vivia em pobreza extrema, valor quase duas vezes maior que a média encontrada para o estado do Rio de Janeiro (8,69%) (ROCHA; ALBUQUERQUE, 2007).

Campos Elíseos, local onde foram realizadas as entrevistas, abriga a sede administrativa do município e é uma região densamente povoada concentrando 30% da população municipal e situa o principal polo de produção de petróleo do estado, a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) (DUQUE DE CAXIAS, 2012), sendo o distrito de menor renda *percapita* do município (SALLES-COSTA *et al*, 2008).

Análise das entrevistas

Para análise das entrevistas narrativas foi utilizada uma adaptação da técnica de Análise de Conteúdo (AC) proposto por Laurence Bardin (2009), na modalidade temática, conjugada ao referencial teórico da Hermenêutica de Profundidade (HP), proposto por John B. Thompson (2011).

A palavra hermenêutica sugere o processo de tornar compreensível, envolvendo a linguagem como o meio para o entendimento deste processo. A interpretação é entendida como a re-interpretação elaborada pelo pesquisador sobre as interpretações dos próprios sujeitos a respeito dos seus modos de vida. Ou seja, é realizada uma interpretação da interpretação da dimensão simbólica das entrevistadas e analisadas conjuntamente com o contexto sócio histórico ao quais esses indivíduos pertencem (THOMPSON, 2011). As mensagens simbólicas produzidas pelas mulheres foram organizadas e as manifestações das falas foram analisadas por meio da Análise de Conteúdo, na modalidade temática que permite a interpretação dos dados coletados e a busca dos “núcleos de sentido” que compõem a comunicação. Assim, a AC procura conhecer o que está escondido por trás das palavras (BARDIN, 2009).

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética do HUCFF/UFRJ em maio de 2014. Em respeito ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelas entrevistadas, foram omitidas informações pessoais que possam identificá-las.

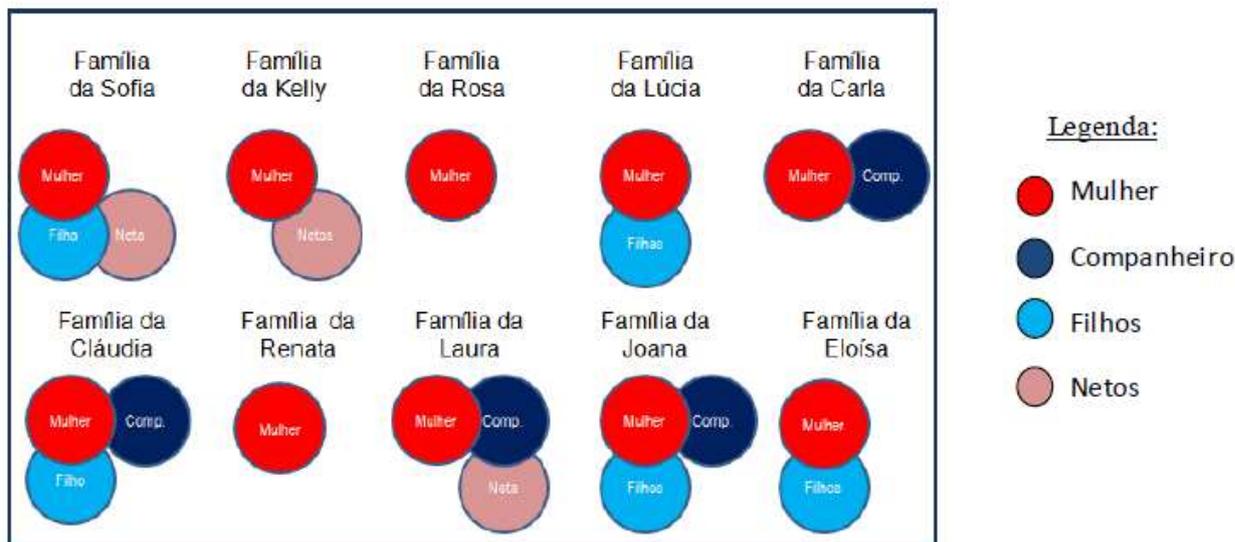
3 – Resultados

Perfil das entrevistadas

Foram entrevistadas 10 mulheres, sendo realizada uma única entrevista com cada titular. As entrevistadas tinham entre 32 a 64 anos, baixo nível de escolaridade, sendo três analfabetas e estavam presentes em composições familiares diversas. O tempo de recebimento do BF variou de 1 a 10 anos. Quatro das dez mulheres relataram viver com seus companheiros, duas residiam sozinhas, sendo que umas destas ficou viúva no intervalo inferior a um ano em relação à época da entrevista, enquanto a outra relata nunca ter sido casada, mas ter uma filha de 21 anos que mora em outro estado. Uma das mulheres relatou

viver somente com os netos, de quem é responsável. Duas viviam somente com os filhos, enquanto outra vivia com filhos e netos (Figura 1).

Figura 1. Composições familiares das titulares do Programa Bolsa Família moradoras do município de Duque de Caxias-RJ entrevistadas no período de junho a outubro de 2014.



Os sentidos do consumo alimentar de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família

O tema da alimentação tem sido recorrentemente discutido na literatura com diferentes enfoques, seja pela importância que possui ao nível biológico e nutricional, visto que se alimentar é instinto e necessário para a manutenção da vida, mas também pelas relações sociais que são produzidas em torno do ato alimentar. Além do nutriente, o alimento é prazer sensorial, é ritual, é linguagem-simbólica e veicula significados (PACHECO, 2008). Por essa perspectiva, as preferências e as diferentes práticas relacionadas à produção e ao consumo dos alimentos vão além da simples escolha do indivíduo e extrapolam a subjetividade individual. Configura-se assim que as práticas alimentares são ações construídas socialmente e produzidas historicamente, fortalecendo o ato alimentar como parte de um conjunto de experiências humanas (MINTZ, 2001; PACHECO, 2008).

No universo de vivência da pobreza, especificamente dos beneficiários do PBF residentes em Duque de Caxias, revelou-se que dentre as dimensões que se ligam ao consumo alimentar, a compra de alimentos aparece como prioridade na utilização do recurso do PBF. Por o programa objetivar a erradicação da pobreza e superação da miséria, é quase certo imaginar que os indivíduos que se apresentam em situação de alta vulnerabilidade social utilizem o dinheiro como meio de compra de alimentos. A questão principal aqui é como se dá o uso desse dinheiro com a alimentação, já que o ato de comer não diz respeito apenas à sobrevivência, mas é permeado por valores simbólicos.

Em estudo etnográfico realizado com famílias de baixa renda, observou-se que as práticas alimentares sofrem influências da organização familiar. O conjunto de gastos para essas famílias é destinado prioritariamente à alimentação, e a forma como as mesmas se estruturam estabelecem decisões sobre o consumo alimentar. O poder de compra dos alimentos é entendido, para as famílias estudadas, como dever do pai, do homem da casa, devendo este desempenhar o papel de provedor da família, enquanto o gerenciamento e o controle do consumo dos alimentos cabem à mulher, mesmo que estas também saiam para trabalhar e auxiliem nas despesas da casa (CANESQUI, 2005). Entre as mulheres titulares do PBF de Duque de Caxias, percebeu-se que a presença masculina ainda parece reforçar certo grau de importância na responsabilidade das contas da casa e, conseqüentemente na sobrevivência da família. Os discursos de algumas das entrevistadas não casadas demonstram que a ausência do companheiro dificulta a manutenção econômica da casa, sendo assim necessário o benefício do BF, que passa, então, a ser visto como uma “ajuda” e não como um complemento à renda.

Entretanto, a ausência da figura masculina não foi impeditiva para que as mulheres titulares do PBF de Duque de Caxias se tornassem autônomas em suas escolhas. Ao contrário, percebeu-se que quando da ausência do mesmo, essas pareciam ter se tornado rapidamente mais independentes na gestão e organização das necessidades de onde utilizar o recurso, como no caso de Eloísa que reside com seus três filhos.

"Na primeira vez que eu peguei o Bolsa Família eu fiquei tão entusiasmada que eu só queria passear com eles. Depois é que eu falei que não, não é só passeio!" – Eloísa

O dinheiro recebido passa, então, a ser percebido por elas como sua responsabilidade, e com o passar do tempo, com o sentimento de haver uma garantia de uma renda estável, ocorre segurança para que tenham independência em suas escolhas, aplicando o dinheiro onde observam maior necessidade.

Para as titulares de Duque de Caxias, a composição familiar e a ausência da figura masculina se associam, então, a uma maior autonomia para fazer escolhas e organizar a gestão do recurso a partir do que elas entendem como necessidades familiares. Além disso, a possibilidade de gerir o dinheiro para a compra de alimentos repercute nessas mulheres o sentido de “utilidade para família”, percebido com maior clareza nas famílias monoparentais. Como disse uma das entrevistadas, é muito boa a sensação de ser útil para a família ao ser capaz de realizar as compras e ver seu filho esperando no portão de casa para vê-la chegar com a "sacola cheia". Nas palavras de Eloísa:

"... eu consigo um armário mais cheio porque eu vou lá com meu dinheirinho e compro (...) eu acho interessante que eu venho numa felicidade muito gostosa. Eu me sinto mais útil para a minha família. Eu me sinto mais mulher! - Eloísa

As entrevistas evidenciaram que as práticas alimentares se ligam estreitamente à configuração da família e no caso de beneficiários do PBF de Duque de Caxias, a presença de crianças é determinante na destinação dos recursos. Quando se tem pouco dinheiro disponível, isto significa que, além do que é considerado básico, como o arroz e o feijão, apenas o que é entendido como bom para as crianças será comprado. Assim, os sentidos relacionados à compra de alimentos aparecem sustentados fortemente pela presença de crianças na composição familiar. As mulheres priorizam as “necessidades” das crianças, socialmente construídas, e buscam proporcionar aos seus filhos, a partir do recebimento do recurso, produtos que não conseguiam adquirir anteriormente, descritos como “luxo”. Quando não há presença de crianças nas famílias, os usos do dinheiro são comumente destinados a outros fins como estética e compra de utensílios domésticos, como máquina de lavar, por vezes com sensação de culpa pelas mulheres por não haver, no seu contexto familiar, a conotação do uso do dinheiro vinculado a uma criança.

A utilização do dinheiro do BF é acompanhada por uma forte moralidade e estabelece um “jeito certo” e um “jeito errado” de gastar o dinheiro (PIRES, 2012). Ao condicionar o recebimento do benefício à frequência escolar, ao acompanhamento nutricional e de saúde dos filhos e à realização de exames pré-natais para as gestantes, o Estado influencia decisivamente nos padrões dos gastos do dinheiro. Dessa maneira depreende-se que o uso correto do dinheiro é aquele feito diretamente para os filhos, com roupas, material escolar e alimentação saudável. Assim, as mulheres tornam-se as responsáveis pelo cumprimento do “jeito correto” no uso do benefício (RODRIGUES, 2009; PIRES, 2012).

No caso da alimentação, os itens adquiridos com o recurso do PBF apresentam a finalidade de serem destinados às crianças, mesmo quando não apresentam a significação de “alimento infantil”, como arroz, feijão e carne. Além disso, o sentido atribuído à compra de “alimentos infantis” é de inclusão, de pertencimento à sociedade, a partir do fato de que podem agora escolher o que comprar e podem pagar pelos produtos escolhidos, ainda que de forma limitada. Para essas famílias, há uma significação de *status* social ligado ao consumo alimentar quando conseguem comprar alimentos como Mucilon®, Nescau®, Danone® e Coca Cola®.

Neste contexto, torna-se importante destacar a influência da mídia em torno dos hábitos alimentares. Para grande parte da população as mensagens veiculadas pela publicidade exercem fundamental consideração sobre as escolhas, interferindo muitas vezes nos costumes alimentares de determinado grupo. Cabe enfatizar ainda, as mensagens destinadas ao público infantil e o impacto que estas causam tanto nas crianças como nos seus responsáveis (SOUZA; RÉVILLION, 2012). Percebeu-se que os alimentos ligados à categoria “luxo” são, em sua maioria, destinados a esse público e derivados de grandes marcas que veiculam publicidade em torno de seus produtos alimentares. Ter a possibilidade de comprar esses produtos, portanto, é entendido como “dar o melhor” para os filhos. Um “melhor” que se apoia no valor simbólico e não no valor nutricional. Como nos conta Kelly:

"Também assim quando dá, ai eu faço uma lasanha, compro uma Coca Cola® e faço um bifinho com batata frita (...). Nesse dia todo mundo fica alegre e satisfeito, mas é uma coisa que a gente não pode comer, exigir todo dia." - Kelly

O discurso de Kelly, responsável pelos três netos, demonstra satisfação ao poder consumir alimentos, que para ela, são considerados como “luxo”. O consumo do refrigerante da marca Coca Cola®, por exemplo, remete a uma sensação de bem estar e alegria, sentimentos insinuados na publicidade do refrigerante. Para os beneficiários do BF, a oportunidade de aquisição e consumo desses alimentos demonstra para si que agora possuem a possibilidade de consumir alimentos simbolicamente positivos, mesmo não apresentando a conotação de alimento saudável. Esse significado está relacionado à dimensão do afeto, principalmente para seus filhos. No caso da família de Kelly o consumo desses alimentos representa uma forma de compensar tantos outros desejos que são negados diariamente aos seus netos.

Importante destacar que na pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE, 2008), os alimentos industrializados ainda não apareciam fortemente na vivência das famílias mais pobres, diferentemente dos resultados encontrados com beneficiárias de Duque de Caxias, onde esses produtos passam a aparecer no discurso dessas famílias, mesmo que seu consumo seja esporádico, pois entra na categoria “luxo” (TABORDA, 2015). Assim, observamos que o incremento da renda proporcionado pelo PBF repercute na variedade e na aquisição de novos alimentos, mesmo que não seja atribuído o valor de qualidade nutricional (IBASE, 2008; SEGAL-CORREA; SALLES-COSTA, 2008; TABORDA, 2015).

Ainda na categoria “luxo”, algumas mulheres entrevistadas falam sobre a carne, que embora tenha frequência de consumo estabelecida em somente alguns dias da semana, sua presença marca simbolicamente a fartura e a possibilidade de consumir alimentos que não conseguiam comprar anteriormente ao recebimento do benefício do BF.

As frutas, legumes, verduras e adoçantes são outros alimentos que também aparecem com o sentido de “luxo” na fala de algumas entrevistadas. Esses surgem predominantemente quando há ausência de filhos e netos na composição familiar, permitindo que o recurso do BF possa ser destinado à possibilidade do cumprimento de dietas no combate a alguma enfermidade, como diabetes e hipertensão arterial, doenças comuns nessa população. Ou seja, a destinação dos recursos segue uma ordem percebida como “natural”: primeiro para as crianças e, como o valor é pequeno, apenas na ausência das crianças é possível um olhar para si.

No entanto, embora a alimentação seja considerada a maior prioridade na utilização do recurso, simplesmente comprar o básico, o arroz com feijão, não surgiu como o elemento mais importante na fala

das entrevistadas, pois para estas mulheres o dinheiro traz um sentido que vai além da possibilidade de aquisição de alimentos. O poder de compra desses alimentos não foi incorporado como modificação significativa em suas vidas e sim como atendimento a necessidades, ao nível da sobrevivência. Para as entrevistadas, o PBF deveria prever um auxílio que fosse além, para que efetivamente houvesse uma perspectiva de melhoria de suas vidas.

"(...) mas hoje em dia ninguém pode mais pensar (só) no arroz, feijão e um pó de café e no óleo (...)" - Sofia

O silêncio após essa fala parece expressar um sentimento de fracasso. Sem o PBF a sobrevivência está em risco, mas com o benefício, considerado pequeno, apenas a sobrevivência é atendida, apenas o básico pode ser comprado. E, neste sentido, a “transferência de renda” acaba sendo compreendida como uma simples “oferta de alimentos”, pois com o recurso do BF Sofia consegue comprar somente o "grosso" da alimentação. Mas viver é mais que sobreviver. Sofia argumenta que o PBF poderia auxiliar mais se promovesse empregos aos seus beneficiários, pois só a oferta de alimentos não é suficiente para que as famílias saiam da situação de pobreza.

O sentido de “ajuda” que aparece na fala das mulheres titulares de Duque de Caxias, também foi encontrado em estudo realizado por Pires (2012), com beneficiários do BF em Campinas, São Paulo. Entretanto, para as titulares de Duque de Caxias além desta noção, há a conotação da “ajuda ser pouca”, ou seja, de não ser suficiente para atender as demandas de que necessitam. Os beneficiários do programa começam a se dar conta de suas necessidades e atribuem esse fator aos direitos que não eram compreendidos antes. Ao longo do tempo, as mulheres vão percebendo necessidades e direitos, como por exemplo, ter o filho em uma boa escola, ter o direito de se arrumar, ter o direito de comprar uma máquina de lavar e não viver somente ao nível da subsistência.

É claro que o acesso a uma alimentação variada e de qualidade depende predominantemente da renda que o indivíduo dispõe, dos preços que esses alimentos são vendidos e da possibilidade de acesso aos alimentos (IBASE, 2008). De certo, também é importante perceber que existem graus da pobreza e que essa discussão não pode ser abandonada. Apesar de todos serem beneficiários, percebe-se que ainda há uma diferença em torno do acesso aos serviços e bens de consumo a depender da maior ou menor situação de pobreza das famílias, e das estratégias que cada família aciona para se manter.

4 – Considerações finais

Os sentidos atribuídos à alimentação pelas mulheres titulares do PBF de Duque de Caxias, a partir das experiências e vivências da pobreza e do recebimento do benefício, demonstram que a alimentação assume significados simbólicos que vão além da sobrevivência, mesmo que elas experimentem em seus

corpos a necessidade do alimento para “matar a fome”. Assim, a dimensão simbólica da alimentação aparece de forma evidente no contexto dessas famílias, associada a fatores relacionados a emoções, sentimentos e prazer.

Na dinâmica econômica do município, é importante destacar a distribuição desproporcional de renda, que provoca desigualdades no consumo de alimentos e no acesso a bens e serviços. O poder de compra dessas famílias, agora possibilitado pela garantia de uma renda estável, ainda que limitada, traz à vida dessas mulheres a capacidade de adquirir alimentos que seriam impensáveis antes do recebimento do benefício do PBF. O consumo de alimentos que apresentam a significação de “luxo” revela que as escolhas alimentares não são determinadas pela qualidade nutricional, ou por uma necessidade objetiva, mas pelo desejo das mães de proporcionarem o que consideram “melhor” aos seus filhos, movidas por sentimentos relacionados à dimensão do afeto e cuidado.

Entretanto, no universo dessas mulheres, somente a compra de alimentos não é mais vista como suficiente para a superação da extrema pobreza, objetivo central do programa de transferência de renda. Para essas mulheres, o PBF deveria fornecer meios que possibilitassem atender outras demandas, que surgem a partir do reconhecimento de direitos e necessidades que antes não eram visíveis no seu horizonte como a capacitação para obtenção de bons empregos que permitiriam à melhoria efetiva na qualidade de vida.

As reflexões oriundas desta pesquisa permitem esclarecer que o benefício do PBF repercute na trajetória de vida das famílias beneficiárias e das mulheres titulares no que toca a alimentação e as práticas alimentares. Fornecem ainda subsídios para pensar como uma política social pode influenciar no reforço das práticas reprodutivas dos papéis de gênero e como esses influenciam nos padrões de consumo. Assim, no contexto do Programa Bolsa Família, percebemos a necessidade de outros estudos que possibilitem novos olhares sobre o consumo, inclusive de outros bens que não a alimentação.

Referências Bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa. Edições 70, 2009. 275p.

BARROS, J.P.P; PAULA, L.R.C.; PASCUAL, J.G.; COLAÇO, V.F.R.; XIMENES, V.M. O conceito de “sentido” em Vygotsky: considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. **Psicologia e Sociedade**. v.21, n.2, p.174-181, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Diário Oficial da União. Brasília, 2004a. **Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em: junho de 2013.

CANESQUI, A.M. Mudanças e Permanências da Prática Alimentar Cotidiana de Famílias de Trabalhadores. IN: CANESQUI, A.M.; GARCIA, R.W.D. **Alimentação e Nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 167-210.

DUARTE, G.B; SAMPAIO, B.; SAMPAIO, Y. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre gastos com alimentos em famílias rurais. **Rev Econ Sociol Rural**. Brasília, v. 47, n. 4, p. 903-918, outubro de 2009.

FISCHLER, C. **L’Honnivore**. Paris: Odile Jacob, 1990. 448p.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de Conteúdo**. Série Pesquisa, 3º ed. Brasília: Liber Livro. 2008. 79p.

IBASE. **Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das famílias beneficiadas**. Relatório Técnico, preliminar. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf. Acesso em: janeiro de 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008. Contas Nacionais, número 33. Rio de Janeiro. IBGE: 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/pibmunic2004_2008.pdf. Acesso em: 05 de março de 2014.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M.. A entrevista narrativa. IN: BAUER, M.; GASKELL, G.: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

MACIEL, M.E. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de koshima com brillat-savarin? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 145-156, dezembro de 2001.

MALUF, R.S. **Segurança Alimentar e Nutricional**. 3º Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. 174p.

MARIANO, S.A.; CARLOTO, C.M. Gênero e combate a pobreza: Programa Bolsa Família. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n.3, p.901-908, setembro/dezembro, 2009.

MARIANO, S.A.; CARLOTO, C.M. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. **Revista Sociedade e Estado** . v.28, n.2, p.393-417, 2013.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.406p.

MINAYO, M.C.S. Técnicas de análise do material qualitativo. IN: MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2007.p.316.

- MINAYO, M.C.S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.17, n.3, p. 621-626, 2012.
- MINTZ, S.W. Comida e antropologia. Uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v, 16, n. 47, p. 31-41, outubro de 2001.
- MOREIRA, N.C.; FERREIRA, M.A.M.; LIMA, A.A.T.F.; CKAGNAZAROFF, I.B. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. **RAP**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p.403-423, mar./abr, 2012.
- OLIVEIRA; I.B.; GERALDI, J.W. Narrativas: outros conhecimentos, outras formas de expressão. IN: OLIVEIRA, I.B. (Org.) **Narrativas: outros conhecimentos, outras formas de expressão**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010, p. 13-27.
- OLIVEIRA, F.C.C.; COTTA, R.M.M.; RIBEIRO, A.Q.; SANT'ANA, L.F.R.; PRIORE, S.E.; FRANCESCHINI, S.C.C. Estado Nutricional e fatores determinantes do déficit estatural em crianças cadastradas no Programa Bolsa Família. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. Brasília, v. 20, n. 1, p. 7-18, março de 2011.
- OTERO-GARCIA, S.C.; SILVA, T.T.P. Pressupostos da Hermenêutica das Profundidades e suas potencialidades para a pesquisa e Educação Matemática. **Acta Scientiae Canoas**. v.15, n.3, p.551-571, set./dez. 2013.
- PACHECO, S.S.M. O hábito alimentar enquanto comportamento culturalmente produzido. IN: FREITAS, M.S.; FONTES, G.A.V.; OLIVEIRA, N. (orgs). Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura. Salvador: EDUFBA, 2008. 217-238.
- PINTO, I.V. **Percepções das titulares do Programa Bolsa Família e as repercussões em suas condições de vida: um estudo no Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria, em Manguinhos, RJ**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2010.
- PIRES, A. Orçamento Familiar e Gênero: percepções do Programa Bolsa Família. **Cadernos de Pesquisa**. v.42 n.145, p.130-16. jan./abr. 2012.
- REGO, W.L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. 241p.
- ROCHA, S.; ALBUQUERQUE, R.C. Pobreza extrema no Rio de Janeiro: Uma especialização alternativa. **Econômica**. v. 9, n. 1, p. 63-88, 2007.
- SALLES-COSTA, R.; PEREIRA, R.A.; VASCONCELLOS, M.T.L.; VEIGA,G.V.; MARINS, V.M.R; JARDIM,B.C.; GOMES, F.S.; SICHIERI,R. Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista de Nutrição**. Campinas, 21 (suplemento). p.99-109. julho/agosto, 2008.
- SEGALL-CORREA, A.M.; SALLES-COSTA, R. Novas possibilidades de alimentação a caminho? **Democracia Viva**. n.39, p.69-73, 2008.

SILVA, T.P. **A Hermenêutica da Profundidade: possibilidades metodológicas**. s/d. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/ebrapem/trabalhos/7c830ed9bbcd49dfe212893134e7bee2%281%29.pdf>. Acesso em: outubro de 2014.

SOUZA, A.R.L.; RÉVILLION, J.P.P. Novas estratégias de posicionamento na fidelização do consumidor infantil de alimentos Processados. **Ciência Rural**, v.42, n.3, mar, 2012.

TABORDA, A. A. **Sentidos e significados do benefício do Programa Bolsa Família para mulheres titulares residentes no município de Duque de Caxias**. 2015. 114f. Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana) – Instituto de Nutrição Josué de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015.

THOMPSON, J.B. A metodologia da interpretação. In: THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9º ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p355-377.